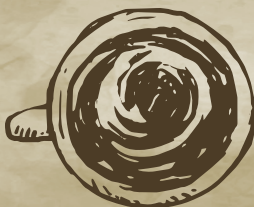


Café com Lutas

**Combate à Tortura
e Violências do Estado**



**psol
na
câmara**



Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos. No dia 25 de junho, o assunto foi **Combate à Tortura e Violências do Estado.**

O processo de redemocratização a partir de 1985 e o advento da Constituição de 1988 não foram

suficientes para o Brasil desarraigar dos entulhos remanescentes do escravagismo e do autoritarismo vivenciados até então. A democracia ainda não englobou em sua plenitude grande parte da população, em especial a negra e periférica em maior vulnerabilidade e exposta aos arbítrios de um estado opressor, que mantém a prática da tortura institucionalizada em seus órgãos de segurança pública, bem como em estabelecimentos prisionais e socioeducativos.

Destaca-se que a violência do Estado segue seus princípios de ordem e serviço à classe dominante, direcionando atos violentos à população pobre, negra e periférica e intensificando ações nos locais de privação de liberdade, como presídios e instituições do sistema socioeducativo – fatos agravados durante a pandemia.



Mecanismos de combate à tortura

Como signatário do Protocolo Facultativo para a Subcomissão da Convenção Contra a Tortura (OPCAT, sigla em inglês para Optional Protocol to the Convention Against Torture), o Brasil, em 2007, assumiu o compromisso de criar um sistema nacional destinado a promover política e ações de enfrentamento e combate à tortura, aos maus tratos e a outros tratamentos cruéis desumanos e degradantes. Foi sancionada a

Lei 12.847/2013, que criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), destinado ao fomento e acompanhamento da sociedade civil da Política Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), composto por 11 peritos com autonomia e independência, eleitos com

mandato de três anos pelo CNPCT, com as atribuições de fiscalizar em todo o território nacional espaços de privação de liberdade e com competência para, entre outras ações, solicitar investigações e perícias oficiais, comunicando as autoridades competentes. Lamentavelmente, o MNPCT sofre desde 2019 recorrentes ataques do governo federal,



medidas que visam o desmantelamento do órgão, restringindo suas ações nos estados da federação, promovendo alterações na normativa vigente e reduzindo o quadro de servidores. A situação se tornou extrema com a exoneração de todas e todos os peritos do Mecanismo, que atualmente funciona em razão de determinação judicial liminar. No Congresso Nacional, foram protocolados projetos de decretos legislativos – dois da bancada do PSOL – que visam sustar os efeitos do Decreto 9.831/2019, que exonerou os peritos e determinou que suas atividades passassem a ser

serviço público relevante não remunerado, desconsiderando que a atuação dos profissionais é de dedicação exclusiva. Naquele ano, o mandato da deputada Talíria Petrone fez diligência no Ceará para averiguar as denúncias de tortura nos presídios femininos. Em 2021, o mandato da deputada Sâmia Bonfim apresentou requerimento para realização de audiência pública visando a garantia do exercício do trabalho dos peritos e peritas do MNPCT.



Propostas de encaminhamento

Pelas constantes ameaças de rompimento democrático e exposição dos órgãos de Estado aos arbítrios do atual governo federal, são necessárias ações conjuntas, Parlamento e movimentos, no sentido de frear os arroubos autoritários do Executivo Federal, garantido a proteção e a defesa incondicional dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

- Fortalecer os mecanismos e comitês de Prevenção e Combate à Tortura;

- Provocar o Ministério Público para que acompanhe os casos de tortura e monitorar decisões do STF sobre o assunto;
- Efetivação de instrumentos de garantia da defesa dos direitos dos familiares de vítimas, em especial fortalecimento das mães com filhos LGBT vítimas de violência;
- Promoção de campanhas de combate à tortura e criação de políticas de reparação;
- Acompanhamento e



apresentação de novas iniciativas legislativas para combater a tortura, como o PDL 389/2019, que susta o Decreto 9.831, projetos que tratam de audiências de custódia, assim como implementação das leis já aprovadas;

- Monitorar as repercussões sobre a Lei de Drogas nº 11.343/2006, utilizada como fator de encarceramento e atuação violenta da polícia;
- Garantia da assistência religiosa nos espaços de privação de liberdade, mesmo durante a pandemia de Covid-19;
- Busca por reforma humanizada das polícias, com ênfase em previsões

legais para gravação de interrogatórios e de ações policiais nas ruas e em presídios;

- Listar e acompanhar o cumprimento das resoluções do Conselho Nacional de Justiça para desencarceramento na pandemia;
- Fortalecimento de ações que garantam fiscalização dos presídios e instituições de privação de liberdade, inclusive durante a pandemia;
- Estabelecer definição e circunstâncias em que o uso do sigilo proveniente da “segurança” seja usado pelas instituições de privação de liberdade de

modo a não inviabilizar a fiscalização e a pesquisa;

- Criação de banco de dados abertos do sistema socioeducativo;
- Fortalecimento dos programas Provita e PPCAM e do MEPCT/RJ.

Participe

A construção de políticas sociais que visem uma sociedade justa, igualitária e de inclusão se dá com participação popular.

Fortaleça essa iniciativa acompanhando a bancada do PSOL na Câmara Federal!

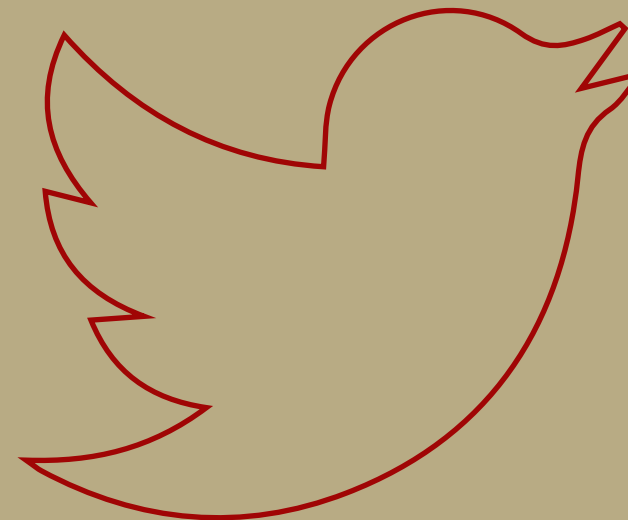
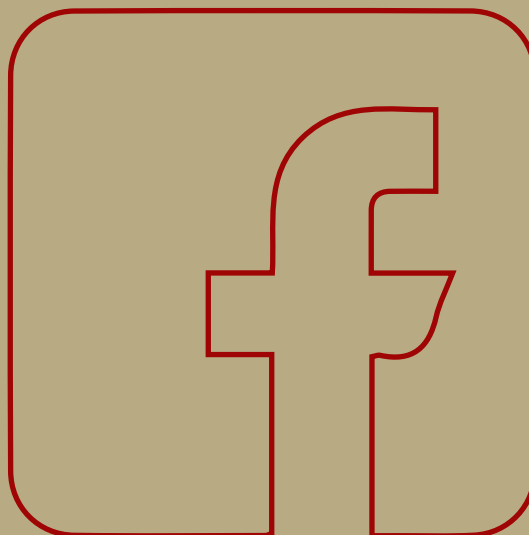
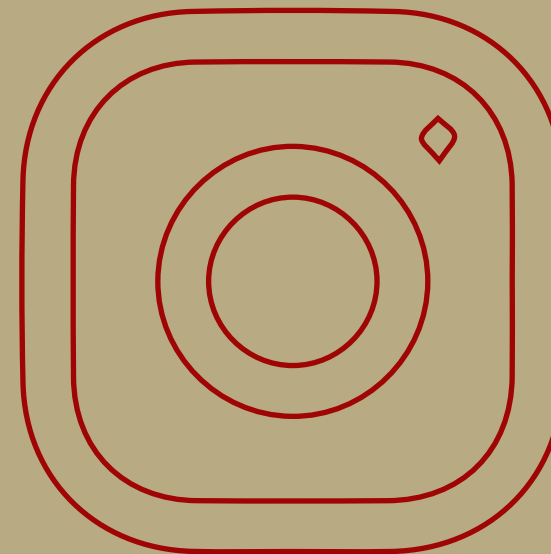
Entre em contato com a Liderança do PSOL na Câmara:

e-mail: lid.psol@camara.leg.br

Instagram: [@psolnacamara](https://www.instagram.com/psolnacamara)

Facebook: [/psolnacamara](https://www.facebook.com/psolnacamara)

Twitter: [@psolnacamara](https://twitter.com/psolnacamara)



Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

Talíria Petrone (RJ), Líder de Bancada;

Áurea Carolina (MG);

David Miranda (RJ);

Fernanda Melchionna (RS);

Glauber Braga (RJ);

Ivan Valente (SP);

Luiza Erundina (SP);

Sâmia Bomfim (SP);

Vivi Reis (PA);



